Contrato de prestação de serviços de manutenção nas áreas de construção civil e AVAC para os serviços de manutenção do Instituto Politécnico de Viseu, outorgado com a Empresa VISMEC — Instalações Electromecânicas, Lda. ------- No dia vinte e seis do mês de dezembro. do ano de dois mil e vinte e dois, é celebrado o presente contrato, entre: ------- Como primeiro outorgante, o Instituto Politécnico de Viseu, pessoa coletiva de direito público n.º 680033548, com sede na Avenida Coronel José Maria Vale de Andrade, s/n.º, 3504-510 Viseu, telefone Instituto Politécnico de Viseu, cujos poderes de representação são conferidos nos termos dos nºs 2 dos artigos 36.º, d) do n.º 1 do artigo 2.º e 106.º todos do Código dos Contratos Públicos, conjugados com a alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º, do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho. ------------------------ Como segundo outorgante, a empresa VISMEC — Instalações Electromecânicas, Lda, pessoa coletiva n.º 503282480, com sede no Parque Industrial de Coimbrões, Lote 38, 3500-618 Viseu, telefone nº 232410500, email: vismec@vismec.pt, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Viseu, representada no ato por, na qualidade de, na qualidade de, o qual tem poderes para outorgar o presente contrato, conforme documentos juntos ao processo. - E pelo primeiro outorgante foi dito que, nos termos dos atos de adjudicação e de aprovação da minuta do contrato de 06.12.2022 do Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, contrata com a empresa VISMEC — Instalações Electromecânicas, Lda, a prestação de serviços de manutenção nas áreas de construção civil e AVAC para os serviços de manutenção do Instituto Politécnico de Viseu (Lote 2 – Mão-de-obra não qualificada) e (Lote 3 – Técnico de sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado), na sequência do procedimento por consulta prévia n.º 13/ipv/2022, de acordo com o caderno de encargos e a proposta do adjudicatário, nos termos das seguintes cláusulas: ------Cláusula 1.ª Objeto O presente contrato tem por objeto principal a prestação de serviços de manutenção nas áreas de construção civil e AVAC para os serviços de manutenção do Instituto Politécnico de Viseu, nos termos definidos na cláusula primeira e nas especificações gerais do caderno de encargos, a saber: ------Especificações Gerais -----Consulta Prévia n.º 13/IPV/2022 – "Prestação de serviços de manutenção nas áreas de construção civil e AVAC para os serviços de manutenção do Instituto Politécnico de Viseu" -------Objeto -----O presente Caderno de Encargos estabelece as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento précontratual e que tem por objeto a aquisição de serviços de manutenção nas seguintes especialidades: ---------i. Construção civil; ------O adjudicatário prestará serviços, fornecendo mão-de-obra das seguintes especialidades: ------LOTE 2 - Trabalhador não qualificado: - 800 horas anuais de mão-de-obra não qualificada; ------LOTE 3 – Técnico de sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) - 600 horas anuais de mão-de-obra de Técnico (O número de horas apresentadas, são estimativas anuais, não se vinculando o Instituto Politécnico de Viseu (IPV) a esqotar o Forma da prestação dos serviços ------

A OT é um documento interno, emitido pelos Serviços de Manutenção do Instituto Politécnico de Viseu. Descreve as tarefas a executar, identifica a natureza dos trabalhos, o local e estabelece um período temporal para a execução das tarefas. O seu estado
é gerido na Plataforma informática de Gestão dos Serviços Técnicos – GSTec Os serviços serão solicitados ao adjudicatário através do envio da OT por email, de acordo com a programação dos trabalhos de
manutenção preventiva ou corretiva
As intervenções serão solicitadas sempre com a antecedência de uma semana. O tempo de resposta não poderá exceder: Para situações normais, em que estão em causa intervenções programáveis, solicitadas sempre com a devida antecedência, o
tempo de resposta não poderá exceder 1 semana, após solicitação da entidade adjudicante
Para situações críticas, em que está em causa a segurança ou o normal funcionamento dos serviços, após solicitação da entidade adjudicante (email ou outro meio), o tempo de resposta não poderá exceder as 4 horas
As intervenções nunca terão uma duração inferior a 4 horas (meio dia)
As horas gastas nas intervenções serão contabilizadas na "conta corrente — Banco de horas" e validadas pelos Serviços Técnicos, mediante a entrega da OT encerrada, devidamente preenchida e assinada pelo técnico executante da empresa adjudicatária É da responsabilidade do IPV, o fornecimento de todos os materiais necessários à execução das tarefas. As ferramentas necessárias à execução dos trabalhos, serão da responsabilidade do adjudicatário
Equipamentos especiais, andaimes, plataformas elevatórias, empilhador e toda a logística necessária, será assegurada pelos Serviços de Manutenção do IPV
Forma de pagamento
O pagamento será feito mensalmente em conformidade com auto de medição, validadas as horas efetivamente prestadas, através da análise das OT's encerradas.
O número de horas contratadas é uma estimativa anual, podendo não ser gastas durante o período contratual
Técnicos executantes
Deverá ser apresentado o curriculum do(s) técnico(s) executantes(s) afetos a esta contratação para os lotes: 1 (Construção Civil) e 2 (AVAC)
Os Serviços Técnicos analisarão os curricula apresentados, quanto há demonstração das competências necessárias à execução dos trabalhos previstos para as diferentes funções. A ausência de perfil de competências adequado, poderá constituir motivo de não aceitação das propostas.
Os técnicos aprovados, serão os técnicos que para cada uma das diferentes especialidades, executarão as tarefas solicitadas A alteração dos técnicos contratados carece de apreciação e parecer favorável do Gestor do Contrato
Ao Instituto Politécnico de Viseu, reserva-se o direito de pedir a substituição dos técnicos, por razões inerentes ao perfil de
competências demonstrado, à prestação dos Serviços e incumprimento ou desrespeito das regras gerais estabelecidas, designadamente:
- Respeitar e executar instruções de trabalho recebidas através de Ordens de trabalho emitidas;
 Na execução das tarefas, respeitar sempre as regras de boas práticas profissionais e normas de segurança aplicáveis; Responsabilidade pela operacionalidade e conservação de ferramentas e equipamentos sob a sua guarda e pela correta
utilização, procedendo quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos;
- Individualmente ou integrado em equipas de trabalho, no desempenho das suas funções, demonstrar sempre zelo e brio profissional
Lote 2 – 800 horas de mão-de-obra não qualificada
Caraterização do posto de trabalho não qualificado
As funções serão exercidas com responsabilidade e autonomia, ainda que com enquadramento e orientação hierárquica superior qualificada, dos Serviços Técnicos da Escola Superior de Tecnologia
À caraterização do posto de trabalho Indiferenciado , correspondem tarefas e funções não qualificadas:
- Escavar e encher buracos e valas, utilizando ferramentas manuais;
- Espalhar areia, terra, brita e materiais similares;
 Desbastar e cortar, rochas e superfícies de betão, utilizando martelos e outras ferramentas manuais; Misturar, vazar e espalhar materiais (betão, gesso e argamassa);
· Efetuar tarefas simples em locais de demolição. Limpar entulho e restos de materiais;
· Carregar e descarregar materiais e equipamentos e transportá-los em carros de mão;
· Limpar locais de trabalho e remover obstruções;
Desenvolver outras tarefas não previstas, que não exijam conhecimentos de especialidade
- Respeitar e executar instruções de trabalho recebidas através de Ordens de trabalho emitidas;
- Na execução das tarefas, respeitar sempre as regras de boas práticas profissionais e normas de segurança aplicáveis;
- Responsabilidade pela operacionalidade e conservação de ferramentas e equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos;
Individualmente ou integrado em equipas de trabalho, no desempenho das suas funções, demonstrar sempre zelo e brio profissional;
Lote 3 — 600 horas - Técnico de sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado
Caraterização do posto de trabalho de Técnico de sistemas de aquecimento, ventilação e ar
condicionado (AVAC)
As funções serão exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento e orientação hierárquica
superior qualificada, dos Serviços Técnicos da Escola Superior de Tecnologia
À caraterização do posto de trabalho técnico AVAC, correspondem as seguintes funções:
· Instalação de equipamentos AVAC;

· Diagnóstico e reparação de avarias em sistemas AVAC;
 Execução de tarefas de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado e equipamentos associados;
· Execução de planos de manutenção preventiva;
· Instruir e supervisionar o trabalho dos serventes que lhe estejam afetos;
· desenvolver outras funções não previstas na especialidade AVAC, mas compatíveis e em conformidade com o perfil de competências exigido
Respeitar e executar instruções de trabalho recebidas através de Ordens de trabalho emitidas;
 Na execução das tarefas, respeitar sempre as regras de boas práticas profissionais e normas de segurança aplicáveis; Cumprir as normas de Qualidade, Ambiente, Energia e Segurança;
Responsabilidade pela operacionalidade e conservação de ferramentas e equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos;
· Individualmente ou integrado em equipas de trabalho, no desempenho das suas funções, demonstrar sempre zelo e brio profissional
Cláusula 2.ª
Prazo
O contrato mantém-se em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023 até ao dia 31 de dezembro de 2023, sendo renovável até ao máximo de mais um ano, em parte ou em todo, se nenhuma das partes o denunciar, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por carta registada com aviso de recepção, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato
Cláusula 3.ª
Local da prestação do serviço
Os serviços serão prestados nas instalações do Instituto Politécnico de Viseu
os serviços serao prestados nas instalações do instituto i ontecimeo de visea.
Cláusula 4.ª
Alterações ao contrato
1 - Qualquer alteração contratual deverá constar de documento escrito assinado por ambas as partes e
produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2 - A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma
antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a
alteração;
3 - O contrato pode ser alterado por:
a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
b) Decisão judicial ou arbitral;
c) Razões de interesse público.
4 - A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.
Cláusula 5.ª
Gestor do Contrato
O gestor do contrato em nome da entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º A do Código dos
Contratos Públicos é
Cláusula 6.ª
Obrigações principais do prestador de serviços
1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas
cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as obrigações
definidas nas peças do procedimento.
2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos
os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço,
bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo
3 – Cumprimento das regras de segurança no trabalho existentes no IPV

Cláusula 7.ª

Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 8.ª

Objeto do dever de sigilo

- 1 O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra relativa ao Instituto Politécnico de Viseu, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.------
- 2 A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Cláusula 9.ª

Preco contratual

Ano/Lotes	2023	2024	Total por Lote
Lote 2 – mão-de-obra não qualificada	10.000,00€	10.000,00€	20.000,00€
Lote 3 - Técnico AVAC	15.000,00€	15.000,00€	30.000,00€
Total	25.000,00€	25 000,00 €	50 000,00 €

1.1 – O preço hora para os serviços é de:

	Preço/hora
Lote 2 – mão-de-obra não qualificada - 800 horas anuais	12,00€
Lote 3 - Técnico AVAC - 600 horas anuais	24,00€

- 3 Os valores anuais acima referidos podem ser acrescidos/decrescidos, conforme a necessidade de serviço solicitado, não podendo ultrapassar o valor global do respetivo lote.-----

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

- 3 Em caso de discordância por parte do Instituto Politécnico de Viseu, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. ----

Cláusula 11.ª

Compromisso

Com a celebração do presente contrato é assumido o compromisso em anexo, nos termos do n.º 2 do art.º 9.º. conjugado com a alínea a) do artigo 3.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -------

Cláusula 12.ª

Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato confere a entidade adquirente o direito - Para situações normais, em que estão em causa intervenções programáveis, solicitadas sempre com a devida antecedência, o tempo de resposta não poderá exceder 1 semana, após solicitação da entidade adjudicante. Se o adjudicatário não comparecer ao serviço terá a penalidade de 5 € por cada hora - Para situações críticas, em que está em causa a segurança ou o normal funcionamento dos serviços, após solicitação da entidade adjudicante (email ou outro meio), o tempo de resposta não poderá exceder as 4 horas. Se o adjudicatário não comparecer ao serviço terá a penalidade de 5 € por cada hora homem de falha. ------- Presença no posto de serviço sem as ferramentas adequadas e necessárias à execução dos trabalhos previstos terá uma penalização de 5 €/hora homem até à reposição da situação. -------- Entrada ao serviço de trabalhador não qualificado para o tipo de intervenção, o adjudicatário terá uma 2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Instituto Politécnico de Viseu pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do valor base do procedimento. ----3 - Ao valor da pena pecuniária prevista nos números anteriores são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1. ------4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Instituto Politécnico de Viseu tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento. -----5 - O Instituto Politécnico de Viseu pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com 6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Instituto Politécnico de Viseu exija uma indemnização pelo dano excedente. ------7 - Se existir a aplicação de penalidades por incumprimento contratual do adjudicatário, o valor apurado será descontado na fatura relativa ao período em que se deu o fato que originou a sua aplicação e/ou

Cláusula 13.ª

Classificação orçamental e ano económico

O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do ano de 2023 e seguintes, até ao montante de 61 500,00 € (sessenta e um mil quinhentos euros), na rubrica O.F. 12.1.03.81.00, C.F. 2.01.4, C.E. 02.02.20 E0 00 - Outros trabalhos especializados – Outros. -------

Cláusula 14.ª

Seguros

- 1 É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contrato de seguro ao abrigo da legislação sobre responsabilidade civil, no valor mínimo de 100.000,00 € (cem mil euros). ------
- 2 O Instituto Politécnico de Viseu pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 10 dias.-----

Cláusula 15.ª

Resolução por parte do contraente público

- 1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Instituto Politécnico de Viseu pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos: ------Se existirem mais que 10 (dez) atrasos na entrada ao serviço ao longo do ano ou por apresentação de trabalhador inadequado às exigências do serviço em três ou mais situações.------2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao
- prestador de serviços. ------

Cláusula 16.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

- 1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço anual contratual, excluindo juros; ------2 - O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem; ---------3 - Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Instituto Politécnico de Viseu, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar. ------4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das
- prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao

Cláusula 17.ª

Foro competente

Sem prejuízo do disposto no n.º 2 da cláusula anterior, para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro. ------

Cláusula 18.ª

Prevalência

- 1 Fazem sempre parte integrante do contrato o caderno de encargos e a proposta adjudicada apresentada pelo segundo outorgante. -------
- 2 Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

Cláusula 19.ª

Comunicações e notificações

- 1 As comunicações e notificações entre as partes devem, na fase de execução contratual, ser efetuadas
- 2 Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra

Cláusula 20.ª

Disposições finais essão da posição con

1 – A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posiça da autorização da outra, nos termos do Código dos Contra	
2 – Está dispensado de fiscalização prévia (visto) do Tribu Lei n.º 98/97 de 26 de Agosto, conjugado com o art.º 318.	unal de Contas, de acordo com o art.º 48.º da
3 – Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um e	exemplar para cada um dos Outorgantes
O Primeiro Outorgante,	O Segundo Outorgante,